

# ABORDAGENS TEÓRICAS QUE PRIVILEGIAM A INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

Marlus Silva dos Santos<sup>a</sup> ✉

Ângela Teixeira de Moraes<sup>a</sup> ✉

<sup>a</sup> Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

## RESUMO

Este artigo investiga a centralidade da comunicação na análise dos processos políticos e na formação da cidadania, adotando uma abordagem teórica crítica. A partir das teorias de Habermas, como a Teoria da Ação Comunicativa e a Teoria do Espaço Público, examina como a comunicação influencia a participação cidadã, a formação da opinião pública e as dinâmicas de poder nas democracias contemporâneas. Também analisa o papel das mídias tradicionais e digitais na mobilização social e engajamento político, destacando como essas mídias moldam percepções e atitudes. Além disso, explora como práticas comunicativas podem reforçar ou desafiar estruturas de poder, considerando desigualdades no acesso à informação. O artigo propõe políticas e práticas para promover uma comunicação mais inclusiva e democrática, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e dos processos democráticos.

**Palavras-chave:** Cidadania. Participação Cidadã. Mídias Tradicionais. Mídias Digitais.

## COMMUNICATION AND CIVIC PARTICIPATION: A CRITICAL EPISTEMOLOGICAL APPROACH

### ABSTRACT

This article investigates the centrality of communication in the analysis of political processes and the formation of citizenship, adopting a critical theoretical approach. Based on Habermas's theories, such as the Theory of Communicative Action and the Theory of the Public Sphere, it examines how communication influences citizen participation, the formation of public opinion, and power dynamics in contemporary democracies. It also analyzes the role of traditional and digital media in social mobilization and political engagement, highlighting how these media shape perceptions and attitudes. Additionally, it explores how communicative practices can reinforce or challenge power structures, considering inequalities in access to information. The article proposes policies and practices to promote more inclusive and democratic communication, contributing to the strengthening of citizenship and democratic processes.

**Keywords:** Citizenship. Civic Participation. Traditional Media. Digital Media.

A comunicação desempenha um papel essencial na vida democrática, influenciando diretamente a formação da cidadania e os processos políticos. Na era contemporânea, onde a informação circula com rapidez e em grande escala, compreender o impacto da comunicação se torna cada vez mais crucial.

Desde os primeiros registros históricos, a comunicação tem sido um pilar na construção de sociedades organizadas, servindo como um meio para a troca de ideias, formação de opinião pública e mobilização política. Com o advento das tecnologias digitais, a dinâmica comunicativa se transformou significativamente, alterando as formas tradicionais de participação cidadã e engajamento político.

Apesar do reconhecimento generalizado da importância da comunicação para a cidadania, sua centralidade na análise dos

processos políticos ainda não é plenamente compreendida em termos epistemológicos. Esta lacuna de conhecimento levanta questões fundamentais sobre os mecanismos pelos quais a comunicação influencia a participação cidadã.

Como as teorias da comunicação podem iluminar as dinâmicas de poder e controle dentro das sociedades democráticas? E de que maneira uma abordagem epistemológica pode enriquecer a análise crítica das práticas comunicativas e suas implicações para a cidadania?

Este artigo tem como objetivo investigar a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos e na formação da cidadania. Busca-se explorar como paradigmas teóricos da comunicação podem fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para uma compreensão mais profunda das interações entre mídia, poder e participação cidadã. Além disso,

Editor Chefe: Luiz Carlos do Carmo Fernandes  ✉

Recebido: 03/09/2024. Aprovado: 27/01/2025. ISSN: 2237-1087. DOI: 10.18224/pan.v14i2.14758

o artigo pretende discutir como as práticas comunicativas influenciam a construção da opinião pública e a participação ativa dos cidadãos nos processos democráticos, contribuindo para um debate crítico sobre o papel da comunicação na cidadania contemporânea.

A necessidade de uma análise teórica da comunicação em relação à cidadania é premente, dado o contexto atual de polarização política e disseminação de desinformação. As transformações rápidas nas tecnologias de comunicação desafiam as estruturas democráticas tradicionais, exigindo novas abordagens para entender a relação entre mídia e poder.

Uma compreensão aprofundada desse tema é essencial para promover uma comunicação mais inclusiva e democrática, que possa fortalecer a cidadania e os processos democráticos. Este artigo se propõe a preencher essa lacuna, oferecendo uma perspectiva crítica e abrangente sobre o papel da comunicação na democracia.

Para atingir esses objetivos, o trabalho se algumas etapas. Primeiro, serão apresentados os fundamentos teóricos, com uma revisão das principais teorias da comunicação e sua aplicação na análise da cidadania. Em seguida, será explorada a relação entre comunicação e participação cidadã, com uma análise comparativa das mídias tradicionais e digitais.

Na sequência, abordaremos as estruturas de poder e comunicação, investigando como os meios de comunicação podem reforçar ou desafiar as dinâmicas de poder estabelecidas. Por fim, a discussão e a conclusão sintetizarão os achados do artigo, oferecendo recomendações para futuras pesquisas e práticas na área de comunicação e participação cidadã.

## TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E SUA APLICAÇÃO NA ANÁLISE DA CIDADANIA

A comunicação, entendida como um fenômeno social, é essencial para compreender as dinâmicas interativas que moldam nossas sociedades. Os fundamentos teóricos da comunicação exploram como as mensagens são geradas, transmitidas e recebidas, e como essas interações afetam as práticas sociais e políticas. Assim, a comunicação torna-se um "veículo" pelo qual o indivíduo interpreta o mundo, inserido em uma sociedade onde o antigo e o novo coexistem, gerando características inovadoras junto a preceitos tradicionais em todos os níveis socioeconômicos (Dalmonte, 2002).

A comunicação é um processo social, composto por vários componentes, estágios, percursos que ocorrem dentro da sociedade, que produz sentido através da produção/ação e partilhamento, sendo este, possível por causa da materialização e da produção material de sentido por meio de formas simbólicas (Vieira, 2012).

A comunicação sempre esteve presente para possibilitar a vida em sociedade, dependente de interação, e perpassou um processo evolutivo ao longo da história, atravessando os

séculos, abrangendo desde a pré-histórica, quando os seres humanos se comunicavam por meio de gestos, vocalização e pictogramas (Kusnick, 2008).

Ainda nesta lógica, Kusnick (2008) relata que as primeiras formas de escrita surgentes na Mesopotâmia e Egito, a invenção do alfabeto desenvolvido pelos fenícios, foram um avanço importante na comunicação escrita. Depois disso, houve um grande avanço tecnológico, surgindo o telégrafo, o telefone e o rádio, a televisão e a internet. Estes últimos foram os meios mais abrangentes para propagação de símbolos e mensagens, desempenham um papel crucial na formação da comunicação participativa cidadã.

A internet, em particular, amplia esse espaço, pois de forma mais acessível integrou os cidadãos do mundo nesse processo de compartilhamento de conteúdo de toda natureza. Assim, o desenvolvimento dos meios de comunicação contribuiu para a criação de um espaço público mais dinâmico e plural, possibilitando a comunicação participativa e o engajamento cívico na era digital.

As diferentes teorias da comunicação tentaram captar esses momentos históricos em que se inserem o desenvolvimento dos diferentes meios. E o século XX, é o mais frutífero em elaborações teóricas de entendimento do fenômeno comunicacional, ora centrados nas técnicas, ora na cultura ou na ética (França; Simões, 2016).

Nesse sentido, as teorias comunicacionais, desenvolvidas ao longo do tempo por diversos estudiosos, fornecem diferentes perspectivas sobre o papel da comunicação na construção da realidade social, na formação da opinião pública e na mediação das relações de poder. Entre as principais abordagens teóricas, destacam-se a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, que enfatiza a importância do diálogo racional para a construção de consensos sociais, e a Teoria da Comunicação e Participação Política, que aborda como a comunicação é utilizada na política e seu modo de influência nos processos democráticos e a participação cidadã. Essa teoria, desenvolvida por Castells (2009), discute a relação entre comunicação e poder na era digital, explorando como as redes de comunicação afetam a formação da opinião pública e os movimentos sociais.

Essas e outras teorias, como a Teoria Crítica da Comunicação e a Teoria do Espaço Público Digital, também oferecem *insights* valiosos sobre como a comunicação pode tanto refletir quanto moldar a dinâmica política e a participação cidadã. Nesse sentido, Adorno (1985), em suas análises sobre a indústria cultural, argumenta que os meios de comunicação de massa, ao promoverem conteúdos padronizados e repetitivos, funcionam como instrumentos de controle social. Para Adorno, a comunicação de massa ajuda a perpetuar as estruturas de poder existentes, transformando o público em consumidores passivos das ideologias dominantes e limitando o potencial crítico e emancipador da comunicação na sociedade.

Nesta perspectiva, Habermas (2012) oferece uma contribuição essencial para compreender a importância da comunicação na formação da cidadania e na análise dos processos políticos. Neste sentido, *Ação Comunicativa* é um tipo de interação em que os participantes buscam entendimento mútuo e consenso através de um diálogo racional e não-coercitivo (Habermas, 2012).

Desta forma, para que a comunicação seja efetiva e democrática, a mesma deve ocorrer em um espaço público onde os cidadãos possam discutir livremente e de forma igualitária. Nesse sentido, a *ação comunicativa* permite que os indivíduos se envolvam em debates construtivos e participem ativamente na construção da opinião pública e na formulação de políticas (Habermas, 2012).

Podemos entender, então, que as práticas comunicativas sociais, quando realizadas de maneira transparente e inclusiva, contribuem para uma cidadania mais engajada e informada. A ação comunicativa como fundamental para a democracia deliberativa, onde as decisões políticas são legitimadas por meio de debates públicos e processos de consenso.

Habermas (2012) oferece uma crítica às estruturas de poder que podem distorcer a comunicação e limitar a participação democrática, defendendo a necessidade de um espaço público livre e igualitário onde a ação comunicativa possa prosperar.

Partindo de uma perspectiva onde a comunicação aberta e a discussão pública desempenham um papel crucial na formação de consenso e na formulação de políticas, Habermas (2003), em sua Teoria do Espaço público, apresenta uma contribuição fundamental para a compreensão da comunicação na esfera social e sua influência na democracia. Habermas define o espaço público como um local onde indivíduos se reúnem para discutir questões de interesse coletivo e formar opinião pública através do diálogo racional e crítico.

Nesta mesma perspectiva, Kuhn (1998) aponta que o espaço público é essencial para o funcionamento da democracia deliberativa, onde a comunicação aberta e a discussão pública desempenham um papel crucial na formação de consenso e na formulação de políticas. Logo, o que se pode perceber é que a importância da comunicação não se dá apenas como um meio de transmissão de informações, mas como um processo interativo que permite aos cidadãos participar ativamente do debate político e influenciar as decisões governamentais.

Ao examinar como o espaço público pode ser impactado por forças externas, como a mídia e a política, e como a comunicação pode ser usada para ampliar ou restringir a participação democrática, Habermas (2003) demonstra a importância da comunicação para a formação da opinião pública, a dinâmica do espaço público na democracia, e o impacto das mídias tradicionais e digitais na participação cidadã. Nesse sentido, a Teoria do Espaço Público, avalia como as práticas comunicativas moldam a qualidade da democracia e a eficácia da participação cidadã, oferecendo uma lente crítica para examinar o papel da comunicação na formação da opinião pública e na interação entre os cidadãos e as instituições políticas.

Sobre esse assunto, Almeida (2014) examina em sua obra Teoria da Comunicação Política como os meios de comunicação são empregados para formar e mobilizar a opinião pública, moldar campanhas eleitorais e estratégias políticas, e impactar a dinâmica do poder e da participação democrática.

O autor investiga a interseção entre comunicação e política, considerando a forma como os políticos e partidos usam a comunicação para influenciar eleitores e o debate público. Almeida (2014) amplia a discussão sobre as estratégias com fins utilitaristas e a implicação dessas estratégias nos âmbitos da democracia e da cidadania.

Nas pesquisas sobre comunicação, é imperioso apontar a discussão de Cortina (2005) no que se refere aos aspectos fundamentais da comunicação enquanto direito como o acesso à informação e o direito à livre expressão. Neste sentido, existe uma disposição desproporcional entre os indivíduos em "sacrificar-se pelo bem comum" (Cortina, 2005, p. 18). Evidencia-se uma desconexão entre o engajamento cívico e a participação ativa na vida pública, pois muitos se envolvem intensamente em projetos políticos e indenitários que atendem aos seus interesses pessoais ou de grupos específicos, sem considerar o aspecto coletivo.

Nesse contexto, essa perspectiva é fulcral, uma vez que fica evidenciada que a comunicação pode ser utilizada para promover a cidadania ativa e o engajamento em questões de interesse comum, ao mesmo tempo que ressalta a necessidade de práticas comunicativas que incentivem o compromisso com o bem coletivo, alinhando-se à análise da dinâmica entre comunicação e participação cidadã.

## RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A relação entre comunicação e participação cidadã é fundamental para a compreensão da dinâmica democrática contemporânea. A comunicação, em suas diversas formas, mídias e plataformas, atua como um vetor essencial para a mobilização e engajamento dos cidadãos na vida pública.

Desde os primeiros meios de comunicação, como o telégrafo e o telefone, até as mídias digitais modernas, como a internet e as redes sociais, a capacidade de disseminar informações e promover diálogos desempenha um papel crucial na formação de opinião e no estímulo à participação ativa. A comunicação não apenas facilita a troca de informações e a expressão de opiniões, mas também cria espaços para o debate público e a construção de consenso.

Essa interação entre comunicação e participação cidadã é central para a saúde democrática, pois permite que os cidadãos se envolvam de forma informada e deliberativa nos processos políticos. Portanto, entender essa relação é vital para desenvolver estratégias que fortaleçam a democracia e promovam um engajamento cívico mais robusto e inclusivo.

Uma análise acerca da epistemologia da comunicação, que é fundamental para a compreensão e análise dos processos políticos e da democracia, é a discussão tratada por Signates (2012), quando o autor discute a centralidade da comunicação na democracia.

A comunicação é um elemento essencial para o funcionamento e a análise dos processos democráticos. A comunicação molda e influencia a prática política, a formação da opinião pública e a participação cidadã. Signates (2012) investiga como diferentes abordagens e conceitos comunicacionais contribuem para a análise política.

Nesse sentido, para o autor supramencionado, a comunicação, em suas diversas formas (tradicional e digital), afeta e é afetada pelos processos políticos, afirmando que a compreensão mais profunda da epistemologia da comunicação pode melhorar a análise e a prática política.

Desta forma, a comunicação não deve ser vista apenas como um meio de transmissão de informações, mas como um componente vital na construção e funcionamento da democracia. Destacando a necessidade de uma análise crítica das práticas comunicativas para compreender seu impacto na política e na cidadania (Signates, 2012).

No que se refere às mídias tradicionais (televisão, rádio e jornais), é preciso reiterar seu papel ainda influente na sociedade. Elas têm um histórico significativo na disseminação de informações e na formação de narrativas políticas, considerando a maioria da população brasileira. Já no que se refere às mídias digitais e redes sociais (Facebook, X (antigo Twitter), Instagram e blogs), o seu papel está relacionado à democratização da comunicação e na facilitação do engajamento cívico. Essas plataformas permitem a participação mais direta e interativa dos cidadãos, além de como podem criar novos desafios para a qualidade da informação e o debate público (Signates, 2012).

Em consonância a isso, o enfoque comunicacional aqui é o que busca questionar a visão do cidadão como um mero titular de direitos que, mesmo reconhecendo princípios de convivência e civilidade (SENNETT 1995). Não se pode a política como uma arena para reivindicações individuais de posse. Desde o ano de 2013, o cenário político tem sido dominado por demandas que reforçam a defesa de propriedades individuais, com a crítica de que "a realidade exposta é a de indivíduos buscando defender suas próprias propriedades" (Safatle, 2016, p. 20). Essa perspectiva limita a comunicação ao simples ato de transmitir informações e não considera seu papel na criação de vínculos autênticos e na ação receptiva.

*Para promover uma cidadania mais participativa e inclusiva, é crucial expandir a compreensão da comunicação para além da mera transmissão de mensagens, abordando-a como um processo que envolve a abertura ao diálogo e a construção de conexões significativas com os outros, o*

*que é essencial para a formação de um espaço público mais democrático e colaborativo (Safatle, 2016, p. 21).*

Isso traz à tona a importância de práticas que garantam a acessibilidade e a clareza das informações como condições essenciais para uma participação cidadã efetiva e informação, ou seja, políticas de transparência governamental e iniciativas para garantir o acesso público aos dados.

Além disso, a criação de espaços para a comunicação deliberativa permite que os cidadãos participem de maneira mais informada e engajada, contribuindo para a construção de consensos e para a efetividade das práticas democráticas.

Desta forma, campanhas sociais, movimentos de base e protestos organizados através de meios digitais tais como as práticas de mobilização, facilitadas pela comunicação, influenciam a participação cidadã e podem provocar mudanças políticas e sociais significativas Signates (2012). Evitando assim desinformação e *fake news*, que distorcem a verdade, prejudicando o debate público e afetando a confiança nas instituições

A comunicação fortalece a democracia e a cidadania ao moldar práticas democráticas e participação cidadã. É essencial uma abordagem crítica para entender seu impacto na política e sociedade. Ao ver a comunicação como um processo de construção de conexões significativas, podemos promover um espaço público inclusivo. Isso exige políticas que garantam a clareza das informações e espaços de comunicação deliberativa.

Campanhas sociais e movimentos de base digitais podem aumentar a mobilização, mas é crucial combater a desinformação que prejudica o debate público. Uma abordagem inclusiva e crítica é vital para fortalecer a democracia e o engajamento cívico, destacando a importância de práticas que conectem e engajem os cidadãos.

## AS ESTRUTURAS DE PODER E COMUNICAÇÃO

A relação entre estruturas de poder e comunicação é intrinsecamente complexa, envolvendo uma dinâmica constante de reforço e contestação. Os meios de comunicação desempenham um papel crucial na construção e manutenção das estruturas de poder, atuando tanto como instrumentos de hegemonia quanto como plataformas de resistência e transformação social.

## COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER

Os meios de comunicação têm a capacidade de afetar a opinião pública, influenciar agendas políticas e legitimar determinadas visões de mundo. Conforme apontado por Habermas (2003), a esfera pública é uma arena onde se formam as opiniões e vontades coletivas, sendo essencial para o funcionamento da democracia deliberativa. No entanto, essa esfera pública pode ser distorcida por forças externas, como interesses

econômicos e políticos, que controlam os meios de comunicação para promover suas agendas.

Ainda sobre isso, é imperioso ressaltar a importância da ação e do discurso como elementos fundamentais da política. Em consonância ao que vem sendo discutido aqui, segundo Arendt (2010), a ação política ocorre no espaço público, onde os indivíduos se reúnem para deliberar e decidir sobre questões comuns. Nessa perspectiva, a comunicação é essencial para a formação de uma comunidade política ativa e engajada.

Seguindo essa vertente, Habermas (2012) argumenta que a comunicação ideal deve ser livre de coerção e aberta ao diálogo racional. No entanto, ele reconhece que na prática, a comunicação é frequentemente instrumentalizada por interesses econômicos e políticos, que usam os meios de comunicação para manipular a opinião pública e consolidar seu poder.

Quando pensamos em mídias tradicionais, Bourdieu (1998), ao discutir sobre a televisão como um meio de dominação simbólica, aponta que os meios de comunicação não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, influenciando como as pessoas percebem e entendem o mundo. Logo, o poder simbólico da mídia, que pode tentar impor certas formas de pensar e agir, moldando a realidade social de maneira a perpetuar as relações de poder existentes.

No que se refere às mídias digitais e redes sociais, Zuboff (2019) aborda como as grandes empresas de tecnologia utilizam as redes sociais para coletar vastas quantidades de dados sobre os usuários, transformando essas informações em produtos comerciais. A autora argumenta que esse novo modelo econômico, que ela chama de "capitalismo de vigilância", manipula o comportamento dos indivíduos de maneiras sutis, mas poderosas.

Nesse interim, as redes sociais, através de algoritmos sofisticados, não apenas preveem, mas também influenciam as ações dos usuários, criando novas formas de dominação e controle simbólico. Logo, as plataformas de redes sociais têm o poder de propor determinadas percepções públicas e influenciar comportamentos coletivos, fazendo com que a dualidade dessas plataformas venha a servir tanto como ferramentas de empoderamento quanto de controle social (Tufekci, 2017).

Nesse contexto, podemos entender que a forma como a comunicação se dá, ela pode ser enxergada como um instrumento que é utilizado para perpetuar a ideologia dos grupos dominantes, naturalizando suas visões de mundo e marginalizando perspectivas alternativas.

## COMUNICAÇÃO E HEGEMONIA

Quando pensamos em comunicação, no que se refere à dominação ideológica exercida por grupos sociais, vemos que ela pode ser mobilizada tanto por empresas, instituições sociais e os meios de comunicação. Ou seja, esses grupos têm uma visão utilitarista da comunicação.

Percebemos que esse poder é simbólico, como definiu Bourdieu (1989). Pensamentos hegemônicos utilizam ferramentas comunicacionais na tentativa de produzir um amálgama na sociedade, um sentido do mundo, instituindo valores e os classificando hierarquicamente. Apresentam-se aos sujeitos como sendo sínteses de sentidos universais, e acabam por perpetuar estruturas e modos de vida de difícil mudança.

Gramsci (2001) argumenta que a dominação de uma classe não é apenas mantida pela força e repressão, mas também pela construção de uma ideologia e cultura aceitas pelas classes subalternas. Para que a dominação seja efetiva, a classe dominante deve obter o consentimento ativo das classes subalternas, disseminando sua visão de mundo, valores e normas. Essa hegemonia é consolidada por meio de instituições como escolas, mídia, e igrejas, por exemplo. Gramsci (2001) destaca que a luta política inclui uma batalha de ideias e que as classes subalternas podem contestar a hegemonia dominante por meio de uma contra hegemonia, desenvolvendo uma visão de mundo alternativa que represente seus interesses.

Contudo, para o autor, esse domínio de um grupo social sobre o outro se dá por meio do consenso e não por meio do uso da força. Isso sustenta o comando político e se prolonga, necessitando de intelectuais e do saber, para que esse "jogo" possa se alterar. Moraes (2010 p. 54) pontua sobre o conceito de hegemonia aplicado à concepção da comunicação:

O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antônio Gramsci ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política

Esta ação vai desencadeando um construto de meras vontades impostas por meio do exercício desta citada hegemonia, tornando os sujeitos modelos dessa vontade imposta. Como afirma Foucault (2011, p. 95), "onde há poder, há resistência", indicando que o poder se exerce continuamente sobre os indivíduos, moldando comportamentos e pensamentos por meio de mecanismos de vigilância e controle.

## COMUNICAÇÃO, DESIGUALDADE E CIDADANIA POLÍTICA: DESAFIOS E POTENCIAL TRANSFORMADOR

A comunicação desempenha um papel ambíguo na democracia, como dito, funcionando tanto como uma ferramenta

para resistência quanto para a transformação social. A teoria da ação comunicativa de Habermas (2012) sugere que um diálogo racional e inclusivo permite aos cidadãos desafiar estruturas de poder e promover mudanças sociais.

No entanto, Almeida (2014) destaca que a desigualdade no acesso à informação é uma barreira significativa para uma comunicação democrática e inclusiva, pois as desigualdades na utilização dos meios de comunicação reforçam as dinâmicas de poder estabelecidas, limitando a participação cidadã e a formação de uma opinião pública informada.

Mesmo com a democratização do acesso promovida pelas mídias digitais, surgem problemas que afetam a cidadania. A disseminação de desinformação e fake news pode distorcer a percepção da realidade e influenciar negativamente o processo democrático (Castells, 2015).

Além disso, os algoritmos das redes sociais criam bolhas de informação e polarização exacerbada, limitando a exposição dos indivíduos a perspectivas diversas e enfraquecendo o diálogo e a compreensão mútua (Pariser, 2011). Estudos recentes indicam que a fragmentação do espaço público digital pode levar à radicalização e à criação de "câmaras de eco", prejudicando o debate democrático e a construção de um consenso informado (Sunstein, 2018).

Para que a comunicação contribua efetivamente para a cidadania política, é essencial promover a alfabetização midiática e a educação para as mídias, capacitando os cidadãos a avaliar criticamente a informação que consomem e participar ativamente do debate público (Moran, 2017).

Nesse sentido, se fazem necessárias políticas públicas que incentivem a transparência e a responsabilidade nas plataformas digitais são fundamentais para mitigar os impactos negativos das mídias digitais (Pipes, 2019). Espaços de diálogo inclusivos, como fóruns comunitários e debates públicos, são cruciais para facilitar a participação cidadã e fortalecer a democracia.

Conclusivamente, a análise das interações entre mídia, poder e cidadania revelam a importância de uma comunicação que não apenas mantenha, mas também questione e transforme dinâmicas de poder, promovendo uma participação cidadã mais ativa e uma democracia mais robusta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da comunicação à luz da democracia e da cidadania revela a complexidade dos processos que afetam a opinião pública e o espaço público digital. Ao integrar conceitos de Habermas (2003, 2012), Gramsci (2001) e abordagens contemporâneas sobre desinformação e algoritmos, este artigo ofereceu uma visão sobre os desafios e oportunidades no cenário atual da comunicação.

A teoria da ação comunicativa de Habermas destaca a importância do diálogo racional e do consenso em um espaço público ideal. No entanto, as mídias digitais, enquanto potencialmente

democratizadoras, frequentemente enfrentam desafios significativos, como bolhas de filtro e câmaras de eco, que podem minar a qualidade do debate e a formação de consensos. Esses desafios evidenciam a necessidade de promover uma comunicação mais inclusiva e transparente, onde diferentes perspectivas possam ser adequadamente consideradas.

E seguindo essa lógica, a análise da hegemonia cultural no contexto digital mostra que, apesar da possibilidade de resistência oferecida pelas plataformas digitais, a concentração de poder nas mãos de grandes empresas de tecnologia pode reforçar, em vez de desafiar, ideologias dominantes.

Sugere-se aqui a necessidade de uma maior regulação e de políticas que promovam a diversidade de vozes e perspectivas na esfera digital, para que a comunicação possa cumprir seu papel democrático de maneira mais eficaz.

Além disso, a proliferação de desinformação nas mídias digitais representa um risco significativo para a integridade do espaço público e a formação de uma opinião pública informada. As evidências discutidas no artigo indicam que a desinformação não apenas distorce o debate democrático, mas também compromete a capacidade e dos cidadãos participarem de maneira informada e significativa.

Portanto, é imperativo desenvolver estratégias robustas para combater a desinformação e fortalecer o pluralismo e a ética no espaço público pois a relação entre algoritmos e participação cidadã ilustra como as tecnologias de comunicação moldam o engajamento cívico de formas ambíguas. Se, por um lado, os algoritmos podem facilitar a mobilização e a participação, por outro, podem limitar a exposição a informações variadas e criar barreiras ao engajamento efetivo.

É necessário um equilíbrio cuidadoso entre inovação tecnológica e o imperativo democrático de promover um debate público inclusivo e equilibrado. A questão que se coloca, então, é que a comunicação é um elemento crucial para a saúde da democracia e da cidadania.

Para avançar em direção a uma sociedade mais informada e participativa, é essencial adotar uma abordagem crítica e multidimensional que considere tanto os benefícios quanto os desafios das novas tecnologias de comunicação. As futuras pesquisas devem continuar a explorar essas dinâmicas, com o objetivo de desenvolver soluções que reforcem a integridade do espaço público e promovam uma cidadania mais engajada e informada.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. **Comunicação e Política: Teorias e Práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford University Press, 2009.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: por uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DALMONTE, Edson Fernando. **Estudos culturais em comunicação: da tradição britânica à contribuição latino-americana**. *Idade de Mídia*, São Paulo, n. 2, p. 67 – 90, novembro 2002. Disponível em: [https://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/dalmonte.pdf](https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/dalmonte.pdf). Acesso em: Jul 2024.

FRANÇA, Vera Vieira; SIMÕES, Paula Gomes. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Wilson. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. In: MAIA, Roseli Aparecida Figaro de Carvalho Machado; CASTRO, Maria Cristina Pena de (Orgs). *Mídia, esfera pública e identidade coletiva*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 49-62.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere- Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 394 p. v. 4.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. Volume 1: Racionalidade da ação e razão social. Editora DEF, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUSNICK, Marcos Roberto. **A filosofia cotidiana da história: uma contribuição para a didática da história**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEPG, Ponta Grossa, 2008.

MORAN, Jose Manuel. **Educação para a mídia: Desafios e perspectivas**. Editora GHI, 2017.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você**. Editora JKL, 2011.

PIPES, Daniel. **A transparência digital e o futuro da comunicação**. Editora MNO, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência**. São Paulo: n-1, 2016.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIGNATES, Luiz. **Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos**. *Novos Olhares (USP)*, v. 1, p. 1, 2012

SUNSTEIN, Cass Robert. **Câmaras de eco: A influência das bolhas de informação na democracia**. Editora PQR, 2018.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter e Gás Lacrimogêneo: O Poder e a Fragilidade do Protesto em Rede**. New Haven: Yale University Press, 2017.

VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital**. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.27.2012.tde-22052013-163040. Acesso em: jul/2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder**. Nova York: PublicAffairs, 2019.

## AUTORES

**Marlus Silva dos Santos**. Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pela UEG. Graduado em História. Discente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: [marlushistoriador@gmail.com](mailto:marlushistoriador@gmail.com)

**Ângela Teixeira de Moraes**. Professora doutora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: [atmoraes@ufg.br](mailto:atmoraes@ufg.br)